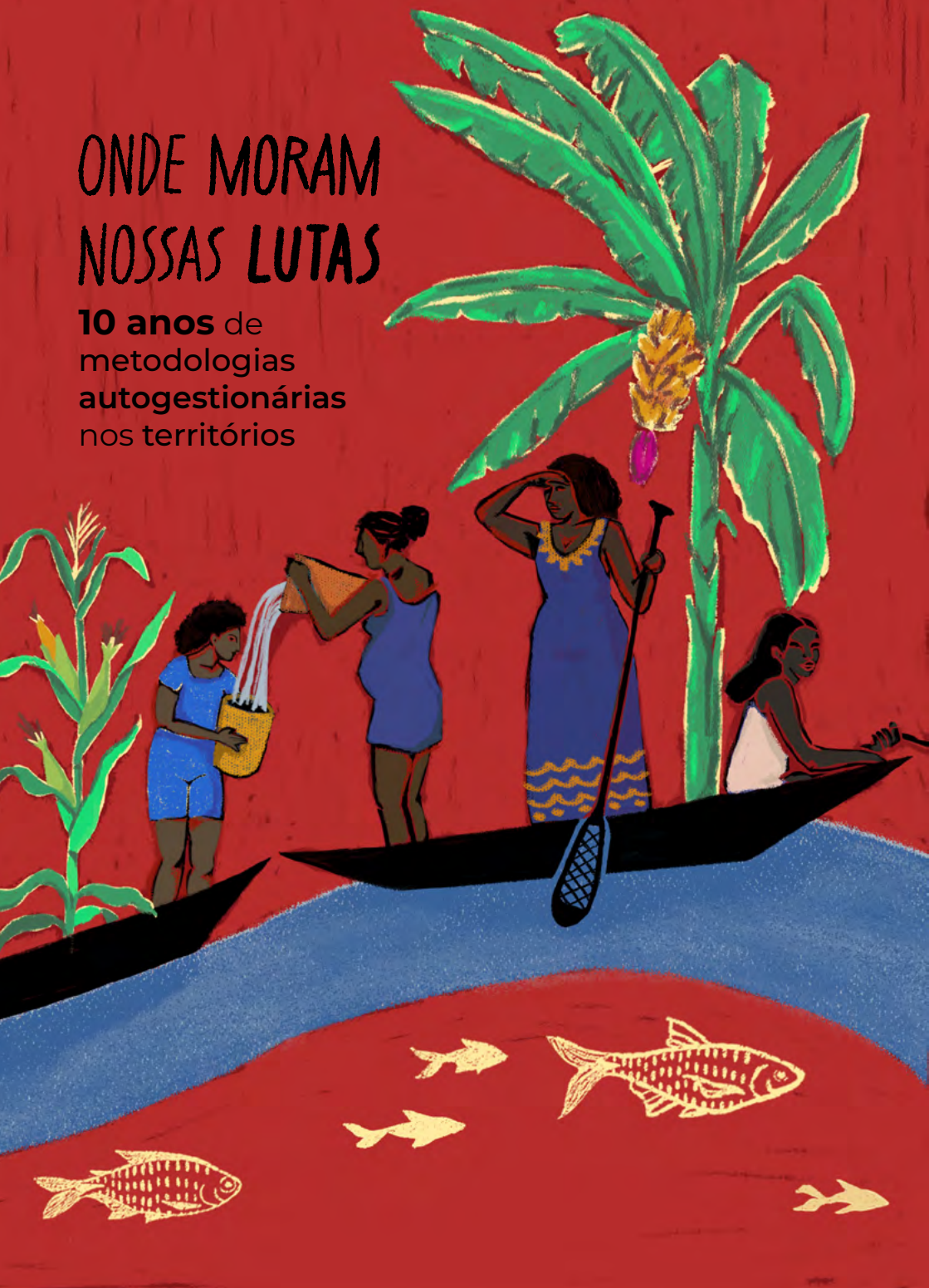


ONDE MORAM NOSSAS LUTAS

10 anos de
metodologias
autogestionárias
nos territórios



FICHA TÉCNICA

Coordenação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

Aline Lima

Coordenação de projetos

Yasmin Bitencourt

Assessoria técnica de projetos

Mayã Martins Correia

Texto e pesquisa

Aline Lima, Joviano Maia Mayer,
Mayã Martins Correia, Yane Mendes, Yasmin Bitencourt

Depoimentos

Jamilly do Carmo, Maria Raquel de Jesus,
Pedro Stilo, Yane Mendes

Edição e assessoria em sistematização

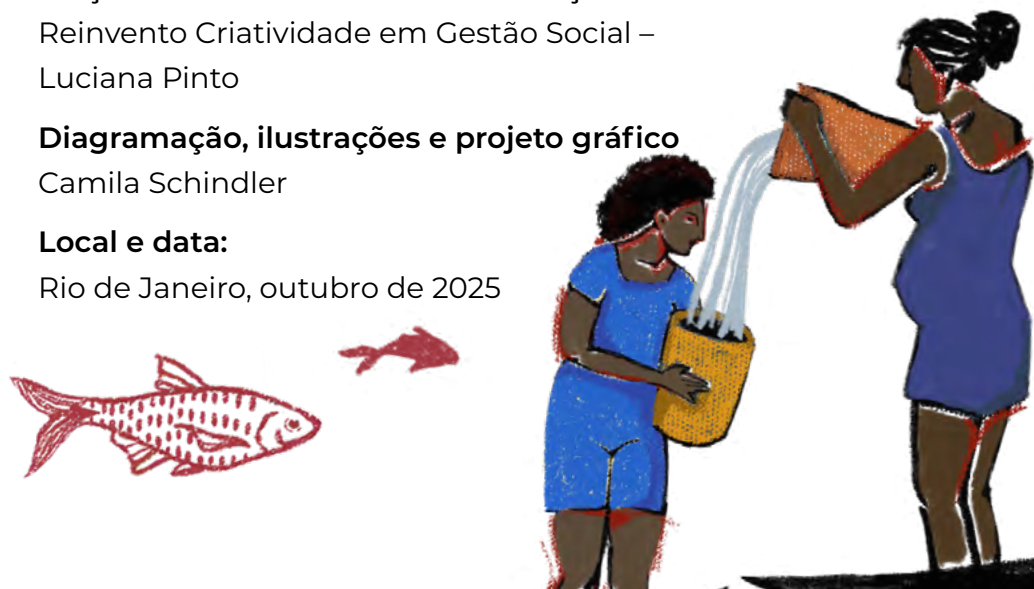
Reinvento Criatividade em Gestão Social –
Luciana Pinto

Diagramação, ilustrações e projeto gráfico

Camila Schindler

Local e data:

Rio de Janeiro, outubro de 2025



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Onde moram nossas lutas [livro eletrônico] : 10 anos de metodologias autogestionárias nos territórios / Aline Lima...[et al.] ; coordenação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) Aline Lima ; coordenação de projetos Yasmin Bitencourt ; ilustração Camila Schindler. -- Rio de Janeiro : Pacs, 2025. PDF

Outros autores: Joviano Maia Mayer, Mayã Martins Correia, Yane Mendes, Yasmin Bitencourt.

Bibliografia.

ISBN 978-85-89366-56-4

1. Autogestão 2. Ciências sociais 3. Coletivismo
4. Desenvolvimento social 5. Território I. Lima, Aline. II. Mayer, Joviano Maia. III. Correia, Mayã Martins. IV. Mendes, Yane. V. Bitencourt, Yasmin. VI. Lima, Aline. VII. Bitencourt, Yasmin. VIII. Schindler, Camila.

25-315007.0

CDD-303.44

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento social : Sociologia 303.44

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Realização:

Apoio:



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

6

1. AUTOGESTÃO E TERRITÓRIO

- AUTOGESTÃO NO PACS 12
- QUAL É O NOSSO CHÃO? 13
- BEM VIVER E OUTROS CONCEITOS
CONTIDOS NA AUTOGESTÃO 14
- ELEMENTOS IMPORTANTES
DA CONJUNTURA 2015 – 2025 21
- O PERCURSO FORMATIVO 24

2. QUEM SÃO OS SUJEITOS DA AUTOGESTÃO?

- O PPAD E O COLETIVO AUTOGESTÃO 30
- QUEM SÃO OS PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA? 32

3. METODOLOGIA AUTOGESTIONÁRIA

- AS TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS 40
- O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA
VILA PINHO - BELO HORIZONTE (MG) 47

4 - TAREFA-AMOR:

PALAVRAS VIVAS

DOS TERRITÓRIOS

EM LUTA 52

- PARA PENSAR ADIANTE 57
- GLOSSÁRIO DE SIGLAS 58
- GLOSSÁRIO DE CONCEITOS 60
- BIBLIOGRAFIA 64

INTRODUÇÃO

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS e as coletividades¹ parceiras compreendem que a autogestão é mais do que uma forma de organização social. Ela consiste em uma metodologia de ação política e social que fomenta e promove autonomia nos territórios. Queremos aqui apresentar essa metodologia a partir da forma como temos trabalhado ao longo de uma década de construção do Processo Formativo do Autogestão. E que forma melhor de fazer isso, senão uma publicação que sistematiza essa prática? É nesse contexto que este produto surge, contribuindo para negritar a relevância da autogestão nos processos de transformação social.

As coletividades parceiras e o PACS vêm impulsionando formações na temática da autogestão desde 2015. Caminhamos de modo estreito com o conceito de autogestão, especialmente nos campos da gestão democrática, da economia solidária e da prática autoges-

tionária. É um acúmulo que permite refletir sobre conquistas e desafios de trabalhar esse tema.

O aprendizado coletivo construído ao longo destes 10 anos baseia-se nas experiências dos movimentos populares e dos saberes e práticas das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais. Tais elementos, preservados pela memória e pela continuidade de estratégias ancestrais das lutas sociais, são fundamentais para a construção de forças contra hegemônicas² desde o Sul Global.

A partir do acompanhamento de tantas lutas por direitos e soberania popular, percebemos que a transformação social é indissociável da criação de alternativas locais e territoriais para o enfrentamento às desigualdades. Assim, é imprescindível o desenvolvimento de processos de autogestão que deem conta da autonomia e da atuação coletiva nos territórios, enquanto bases da

atuação e das reflexões desenvolvidas pelo PACS.

Por serem espaços de luta, resistência e criação, não se pode falar em transformação social sem compreender o papel dos ambientes em que essas lutas estão inscritas, e que aqui são tratados como territórios. A partir desses, surgem as formas de organização popular e as alternativas de vida que desafiam o modelo de desenvolvimento capitalista. O território está, portanto, diretamente articulado à autogestão.

A autogestão propõe alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico e às suas estruturas de poder, buscando transformar relações de produção, cuidado e gestão em espaços coletivos e horizontais. Sua compreensão pode ser diversal e assumir diferentes sentidos.

Apesar das raízes antigas, na modernidade a autogestão entra em voga mundialmente na década de 1960, denominando a experiência iugosla-

va de socialismo³. Em meio a uma onda de estudos e debates sobre essa experiência, a agitação civil francesa iniciada em maio de 1968 lançou luz sobre o conceito, associado, em termos gerais, a uma crítica ao poder das instituições. A partir da forte presença no cenário revolucionário daquele país, emerge o hábito de falar e escrever sobre autogestão. Com isso, essa definição passa a ser adotada em diferentes contextos políticos, abarcando muitas compreensões.

Para o PACS, a **autogestão** é uma **estratégia de resistência e afirmação de poder dos sujeitos sociais**. Entre denúncias e anúncios⁴ de lutas e conquistas. Assim, constitui-se como um **instrumento político que cria relações de produção e de sociabilidade, nas quais a horizontalidade e a autonomia são princípios fundamentais**. A horizontalidade busca eliminar as hierarquias, ao passo que a autonomia se refere à capacidade de

autodeterminação, com livre decisão sobre seus próprios objetivos e meios de luta.

Esta publicação reconhece a importância de olhar para o que foi desenvolvido até aqui e refletir rumo a novos passos, assegurando as referências construídas no passado. Inspiramo-nos no idioma andino aimará⁵, em que o passado está adiante e o futuro, às costas. Foi com base nessa reflexão que esta publicação foi organizada. Ela está distribuída em quatro capítulos, inaugurada por **“Autogestão e território”**, que traz um histórico sobre a autogestão no PACS, desde a reflexão sobre conceitos que alicerçam o seu trabalho até a apresentação da conjuntura nacional dos últimos 10 anos, inserindo nesse contexto o Processo Formativo do Autogestão. **“Os sujeitos”**, capítulo subsequente, revela o que é o Coletivo Autogestão, as coletividades que o compõem e como vem sendo a incorporação delas a esse espaço. Em um terceiro bloco, o coração do conteúdo. Afinal: **“O que é esta metodologia?”** Em tal capítulo se apresentam as temáticas trabalhadas no

Processo Formativo do Autogestão. Por fim, uma reflexão sobre **“Tarefa-amor”**, que traz os aprendizados, tensões e potências identificados ao longo do processo, à medida que se articulam os sentidos políticos da metodologia, evidenciando sua força contra colonial e reafirmando a urgência de práticas que valorizem os saberes locais e a construção coletiva.

A experiência do Processo Formativo do Autogestão, aqui apresentada, demonstra que resistir também é criar, bem como que metodologias enraizadas nos territórios são determinantes para sustentar processos de transformação que respeitam as singularidades e fortalecem a autonomia das coletividades.

Ao colocar em prática os princípios da autogestão, busca-se um mundo mais justo, em que as relações sejam fundamentadas na solidariedade, na autonomia e no respeito às diversidades. Desejamos que este conteúdo traga movimento a projetos autogestionários que hoje estão no plano do imaginário.

1 Nomeamos como coletividades o conjunto de movimentos sociais, coletivos, redes e articulações que são nossos parceiros.

2 Compreendemos a contra-hegemonia como o conjunto de resistências aos discursos dominantes, acompanhado das lutas para transformação da ordem que está vigente.

3 Autogestão é a tradução literal do termo iugoslavo samoupravlje, em que samo corresponde a “auto” e upravlje equivale a “gestão”, segundo genealogia do conceito construída por Alain Guilerm e Yvon Bourdet (1975).

4 Na conceituação do educador Paulo Freire (2000), as denúncias consistem nas violências perpetuadas pela ética do mercado, que não se sensibiliza perante as questões humanas. Os anúncios, em seu turno, congregam as possibilidades de questionar, escolher e sonhar, criando uma vida com dignidade.

5 Aimará (em aimará: aymarará) é um povo estabelecido desde a Era pré-colombiana nas regiões andinas do Peru, da Bolívia, da Argentina e do Chile. O idioma aimará é falado por mais de 2,5 milhões de pessoas.



1. AUTOGESTÃO E TERRITÓRIO

Aline Lima, Mayã Martins Correia,
Yasmin Bitencourt



AUTOGESTÃO NO PACS

O percurso do PACS com a autogestão está presente desde a sua missão de **“promover construções coletivas, alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista, em defesa da justiça de gênero, racial, econômica, ambiental e climática, a partir da educação e organização popular, pesquisa, incidência e comunicação”**.

Fundado em 1986 por economistas latino-americanos que retornavam do exílio após mais de uma década de ditaduras militares e empresariais, o PACS tem como um de seus pilares a educação popular e a sistematização de práticas e referenciais de lutas populares. Em uma de suas frentes, o Instituto acompanhou, desde 1991, a experiência autogestionária brasileira dos funcionários da indústria de máquinas de escrever *Remington*, que foi assumida por seus trabalhadores e trabalhadoras após o afundamento da fábrica em dívidas trabalhistas. Na mesma época, centrou forças nos núcleos de Educação e de Desenvolvimento Econômico, o que culminou na construção do núcleo de Desenvolvimento

Integral, que teve como destaque a realização do I Seminário de Autogestão, em 1993, fruto de trabalho prévio realizado junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral - CNTSM.

O PACS adentra no tema da autogestão a partir dos processos formativos para trabalhadores e trabalhadoras, participando na Rede de Educação Popular em Economia Solidária, no Fórum de Cooperação Popular, assim como em uma série de iniciativas envolvendo o Centro de Formação em Economia Solidária, além de outros espaços formativos e de articulação, já que a autogestão é um elemento fundante desses processos formativos.

Ao longo de 24 anos, o PACS vem se debruçando sobre a construção de um caminho coletivo voltado à autogestão, que possibilite um mundo de laços solidários fortes, de manejo saudável dos bens comuns e naturais, onde o cuidado integral oriente as relações humanas e de produção, valorizando a diversidade dos modos de vida e garantindo a democracia, a soberania e segurança alimentar e o bem viver.

QUAL É O NOSSO CHÃO?

A noção de chão é aqui compreendida enquanto território de luta, com atuação que extrapola a dimensão geográfica e traz, como ponto de partida para pensar as territorialidades, a dimensão do corpo. Nesse sentido, o corpo é o nosso primeiro chão, o primeiro território de disputa, de resistência e de transformação. É nele que estão marcadas as experiências cotidianas de trabalho, das relações de gênero e de pertencimento, as quais também são territórios que constituem nossas identidades. O corpo sente as dimensões das lutas por direitos e por soberania popular.

O conceito de **corpo-território** tem contribuído para questionar as relações coloniais de extrativismo e a separação entre ser humano e natureza. **Lorena Cabnal** (2020), ativista feminista e sanadora desde Iximulew, Guatemala, destaca que a ideia de **“território corpo-terra”** veio da luta organizada de mulheres indígenas contra a mineração e as violências.

A concepção de corpo-território alinha-se à definição da sociedade autogestionária, de experimentação social. **Trata-se, portanto, de um processo mais amplo de reconstrução de formas de viver e estar no mundo**, por um novo modelo de sociedade.

As experiências que emergem do cotidiano das comunidades e das iniciativas coletivas são indissociáveis das lutas territoriais e das identidades culturais. Tais experiências integram a perspectiva de transformação social profunda. Elas tocam toda a vida e partem do corpo enquanto primeiro território, integrando-se ao conceito de autogestão.

A proposta da autogestão é construir novos mundos a partir da resistência cotidiana, das relações ancoradas na horizontalidade, das práticas de luta e da radicalidade de existências que não aceitam as imposições do sistema capitalista, mas que buscam um futuro digno, com base em seus próprios saberes. Esse futuro é coletivo, autogestionário e ancestral.

O ambientalista e filósofo **Ailton Krenak (2022)**, liderança indígena brasileira da etnia krenak, considera que a sabedoria ancestral é uma forma de resistir às narrativas sobre o fim do mundo. Ele elabora a ideia de **futuro ancestral**, que é o futuro viável por meio da ancestralidade, inclusive de elementos da natureza.

BEM VIVER E OUTROS CONCEITOS CONTIDOS NA AUTOGESTÃO

As experiências autogestivas têm afinidade com as ideias de bem viver e de feminismo comunitário. O conceito aimará de *suma qamaña*⁶ é traduzido como bem viver, viver bem ou bem conviver. Em crítica às práticas de esgotamento da vida, o bem viver posiciona-se de modo contrário aos paradigmas capitalistas de produtivismo e consumo exacerbados, apropriação e destruição.

O economista e político equatoriano **Alberto Acosta (2012)** apresenta o **bem viver** como uma forma de imaginar outros mundos. Colocam-se, como alternativas, propostas que promovem a suficiência, contrapondo-se à eficiência, e o respeito às pluralidades culturais, políticas e ecológicas.

Semelhante à ideia de bem viver, o *vivir sabroso*⁷ surge das práticas de resistência indígena e negra na região do Pacífico colombiano. O conceito articula campos como movimentos sociais, terapêuticas e espiritualidades. Essa vida saborosa é comunitária, alegre e respeitosa com o meio ambiente. Nesse sentido, tais conceitos integram formas de ver o mundo opostas ao paradigma capitalista de exploração das pessoas e da natureza.

A ideia de **feminismo comunitário** também vem das lutas sociais. Com origem boliviana, possui bases indígenas e tem se espalhado por outros países latino-americanos, além do Brasil. Na centralidade das suas ideias há uma correlação entre as violações que afetam territórios e as que atravessam os corpos-territórios das mulheres. As feministas comunitárias da América Latina movimentam uma prática coletiva do cuidado que torna central a autonomia dos povos na organização dos territórios⁸. Suas lutas se conectam às cosmovisões dos povos territorializados.

As cosmovisões dos povos indígenas latino-americanos e africanos têm um papel essencial na reflexão sobre paradigmas alternativos de relações e transformação social. Tais paradigmas não são necessariamente novos, sendo, muitas vezes, ancestrais. Além disso, são responsáveis por oferecer uma alternativa ao sistema capitalista, refletindo relações sociais baseadas na harmonia, na reciprocidade e no cuidado coletivo. Elas são uma resposta aos impactos destrutivos da colonização e do capitalismo, propondo formas de viver em comunidade que contrastam com a lógica individualista e exploradora do sistema capitalista. A vivacidade dessa pluralidade de cosmovisões alinha-se à máxima zapatista⁹ “por um mundo onde caibam muitos mundos”.

A pluralidade de visões de mundo lança luz para os riscos da narrativa da história única. **Chimamanda Ngozi Adichie (2009)**, feminista e escritora nigeriana, reflete sobre como tal narrativa é perigosa, pois desumaniza quem está à parte do comando dessa história única.

As visões de mundo latino-americanas e as formas ancestrais africanas se assemelham, na medida em que ambas se fundamentam na força da coletividade. Tal influência é nítida na espiritualidade, na linguagem, na culinária, na música, na dança e, de modo geral, nas expressões e práticas culturais.

Um conceito oriundo do continente africano que se conecta aos princípios da autogestão é o *ubuntu*. Com origem nos idiomas zulu¹⁰ e xhosa¹¹, enfatiza a interdependência e a solidariedade. Sua tradução pode consistir na frase “eu sou porque nós somos”.

Outra conexão é o símbolo *Sankofa*, que integra o conjunto de ideogramas Adinkra¹². O *Sankofa* pode ser representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou por duas voltas justapostas espelhadas, gerando um coração. Significa voltar-se ao passado para trazer novos significados ao presente e à construção do futuro.

As histórias e os conceitos advindos tanto da América Latina quanto do continente africano são atravessados pela colonização. A concepção de saber universal, formulada pela ótica colonizadora, aponta que o desenvolvimento tanto é considerado natural, como é colocado enquanto o único caminho viável e desejável, com a “evolução” da civilização ocidental sendo vista como o ápice do progresso humano.

Houve a imposição de uma visão eurocêntrica como única forma válida de conhecimento. Tal visão, fruto da herança colonial, impele a ideia de um saber universal, que se apresenta como o parâmetro singular para o desenvolvimento das sociedades, ditando o modelo de civilização ocidental como o ideal.



Os grupos sociais que foram e são historicamente marginalizados pelo poderio colonial se movem estrategicamente contra as tentativas de privá-los das suas formas próprias de sentir, de compreender e de agir no mundo. A colonialidade tenta impor uma monocultura do saber, além de buscar cercar quem podemos ser.

A visão teleológica do desenvolvimento oculta as relações de exploração e dependência que os países periféricos, que vivenciaram a colonização, ainda enfrentam. O modelo ocidental de desenvolvimento, componente do sistema capitalista, perpetua estruturas de exploração que antes estavam baseadas na colonização, produzindo e acentuando condições de desigualdade, concentração de riqueza e destruição ambiental.

Para o filósofo venezuelano **Edgardo Lander (2005)**, o eurocentrismo e o colonialismo são como cebolas que possuem múltiplas camadas. Destaca-se que colonialismo é um conceito diferente de colonialidade.

O sociólogo peruano **Aníbal Quijano (2005)** apresenta que o colonialismo faz referência às opressões das administrações coloniais, enquanto a colonialidade, imposta de modo mais denso, abarca as situações coloniais atuais.

Para **Catherine Walsh (2018)**, pedagoga estadunidense radicada no Equador, existe na América Latina uma constituição colonial não apenas dos saberes, mas também das linguagens, da memória e do imaginário, em uma tentativa de desumanização.

Diante do cenário de exploração colonial, o pensador Nêgo Bispo (2015, 2023) enfatiza que as mestras e os mestres da oralidade foram considerados desnecessários pelo sistema capitalista, em uma tentativa de abafar os seus saberes. A postura crítica contra colonial de Nêgo Bispo oferta um pensamento diversal, reconhecedor da fundamentalidade da ancestralidade, do imaginário e da autogestão.

Antônio Bispo dos Santos, conhecido como **Nêgo Bispo**, liderança quilombola brasileira, lavrador e escritor, construiu a ideia de **contra colonização** a partir da oralidade transmitida por seus mestres e mestras do **quilombo piauiense Saco-Curtume**. Desde 2017 suas reflexões contra coloniais são uma presença constante em nosso Processo Formativo do Autogestão.

Uma ideia essencial do trabalho de Nêgo Bispo é a de **CONFLUÊNCIA**. Ela gere o convívio entre os elementos da natureza e os movimentos para o compartilhar. Em crítica à mercantilização do saber, defende o compartilhamento de conhecimentos em uma confluência cosmológica. A partir da ideia de que nem tudo se mistura ao se juntar, considera que na prática da confluência não deixamos de ser a gente, mas, nos juntando, rendemos quando passamos a ser a gente e outra gente.

Para superar o paradigma colonial, é fundamental colocar no centro das discussões as sabedorias e os modos de vida ancestrais, como propõe Nêgo Bispo. Diante de uma sociedade individualista, ele indica respostas comunitárias que podem ser vistas e vividas nos territórios. O reconhecimento da vivacidade territorial constitui base para uma transformação radical, que ultrapasse os limites impostos pela colonização e pelo capitalismo.

As cosmovisões africanas e indígenas concebem relações de vida sustentadas pela solidariedade, pela autonomia dos povos, pelo cuidado com o meio ambiente e pela preservação da cultura e do território. São práticas essenciais para um futuro mais justo e sustentável.

Abre-se espaço para outras formas de entender o mundo e a vida. Constroem-se alternativas populares que contemplam a diversidade de saberes, orientadas pela prática da solidariedade e pelo respeito à terra e à identidade de cada povo, propondo um caminho de resistência que celebra as diversidades culturais e promove o bem viver.

6 Em quíchua, *sumak kawsay* é a expressão para o conceito de bem viver. O quíchua é uma importante família de línguas indígenas da América do Sul, falada por mais de dez milhões de pessoas de diversos grupos étnicos da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador e do Peru.

7 Expressão em castelhano que pode ser traduzida como viver saboroso.

8 Além de feminismo comunitário, também é utilizado o termo *feminismos populares*, mobilizado, sobretudo, por mulheres negras, indígenas, camponesas e das periferias urbanas.

9 Iniciado em 1994, o Movimento Zapatista nasceu no estado mexicano de Chiapas e é formado por camponeses-indígenas de quatro etnias maias (choles, tojolabales, tzeltales e tzotziles), além da participação de organizações estudantis e sindicais. Possui conexões próximas com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), o qual representa a continuidade histórica da linha radical da Revolução Mexicana liderada por Emiliano Zapata.

10 Língua bantu. É falada na África do Sul, principalmente na província de KwaZulu-Natal.

11 Língua bantu. Falada na África do Sul e no Zimbábue, é mais comum na província sul-africana do Cabo Oriental.

12 Adinkra é um sistema de símbolos e escrita pictográfica, originário dos povos acã da África Ocidental, notadamente os povos axante, de Gana. É um dentre diversos sistemas de escrita africanos. Ele representa ideias, tradições e valores, sendo utilizado, por exemplo, em tatuagens, em tecidos e na arquitetura.



ELEMENTOS IMPORTANTES DA CONJUNTURA 2015-2025

Na observação de conjuntura, destacam-se aqui os pontos que permearam a realidade sócio-política brasileira nos últimos 10 anos, o que permite a compreensão sobre em que realidade as práticas do Processo Formativo do Autogestão estiveram assentadas. É possível, com esse entendimento, enquadrar forças, condições e contradições presentes na realidade.

Perceber o que tem ocorrido no Brasil ao longo dos últimos 10 anos fortalece a compreensão quanto a importância de se promover formações e estimular práticas autogestionárias, em um exercício visível de resgatar o olhar *Sankofa*.

O ano de 2015 é o marcador temporal das reflexões conjunturais trazidas aqui. Essa esco-

lha se dá em função de que, naquele ano, do ponto de vista interno institucional, o PACS passou a criar espaços formativos e reflexivos, intercâmbios e outras ações relacionadas à autogestão, chegando-se até os dias atuais.

O período de 2015 a 2025 no Brasil foi (e segue sendo) atravessado por grupamentos de forças e contradições que produziram crises, desafios e sérias transformações. Iniciou-se com Dilma Rousseff (PT) reeleita presidenta do país em uma eleição polarizada e sob o contexto de uma crise econômica global. Pouco mais de um ano após o começo do mandato, o tensionamento político aprofundou-se, culminando em um golpe de estado, materializado em um *impeachment*. Michel Temer (MDB), que era vice-presidente de Dilma, assumiu a presidência em 2016, com uma gestão marcada por denúncias de corrupção e pelo desmonte de políticas e órgãos públicos.

Nas eleições de 2018 o então deputado Jair Bolsonaro (à época PSL), ao candidatar-se

à presidência da república, impulsionou um debate político mais extremado, com o adensamento de discursos conservadores e preconceituosos. Vitorioso no pleito eleitoral, marcado por forte polarização social, Bolsonaro governou de modo autoritário e envolto a polêmicas, com ataques à imprensa, às instituições do Poder Judiciário e à democracia em geral. O caráter perverso desse governo foi evidenciado no início de seu 2º ano com a crise sanitária, econômica e social engendrada pela pandemia da Covid-19. Além da minimização dos efeitos do vírus, a crise foi usada como um gancho para o incremento de medidas neoliberais.

As desigualdades provocadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico foram intensificadas pelo contexto pandêmico, atingindo profundamente a população que já se encontrava mais vulnerabilizada. Até o fim da pandemia, em maio de 2023, foram mais de 700 mil brasileiros mortos em decorrência da Covid-19. A insegurança alimentar adensou-se. O Brasil já havia vol-

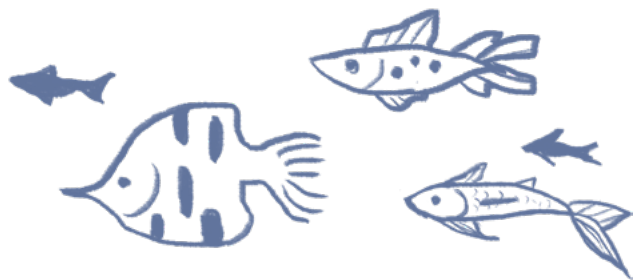
tado ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019, o que não acontecia desde o início da década de 1990, tendo permanecido por três anos, até 2022. A crise atingiu sobretudo as mulheres da parcela populacional mais vulnerabilizada, que sentiram o adensamento da sobrecarga dos seus trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados¹³.

Ainda durante o contexto pandêmico, as eleições de 2022 mantiveram a tônica de polarização dos pleitos anteriores. O então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se candidatou, derrotando Bolsonaro (PL) no 2º turno. Lula assume a presidência de um país com altos índices de desigualdade e de instabilidade política, com início de mandato marcado por tentativa de golpe contra seu governo. A gestão tem reduzido o número de pessoas que passam fome e realizou a homologação de mais de uma dezena de Terras Indígenas, além de aprovar diversos decretos para a titulação de terras de comunidades quilombolas.

Apesar de tais medidas, os povos e comunidades tradicionais permanecem sendo alvo constante de ataques. Tal cenário está entrelaçado aos conflitos socioambientais vividos no país, com escolha governamental por incentivo aos megaprojetos e ao agro-negócio, os quais avançam de modo voraz contra os territórios, com impactos diferenciados na vida das mulheres, dos povos tradicionais indígenas e quilombolas e da população periférica e favelada. Esses grupos são os mais afetados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, de modo que é impossível desconsiderar o sexismo e o racismo, em suas diversas formas, expressos nessas relações. Essa é a realidade vivida e enfrentada pelas coletividades que integram o Processo Formativo do Autogestão.

¹³ Esse aumento foi percebido na pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) nos primeiros meses da pandemia. A pesquisa está disponível em: https://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Em 2023, um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que as mulheres brasileiras têm uma carga maior de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. Em comparação com os homens, há um acréscimo de 11 horas semanais nessa forma de trabalho. Intitulado “Gênero é o que importa: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil”, o estudo está disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12380>.

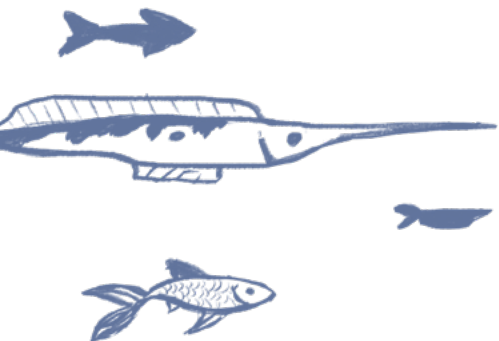
O PERCURSO FORMATIVO



Ao longo dos últimos 10 anos, o **Processo Formativo do Autogestão** consolidou-se como um percurso de formação política, trocas de experiências e fortalecimento coletivo de práticas autogestionárias em diversos territórios do Brasil. Desde sua primeira edição, em 2015, com o *Curso Autogestão e Trabalho*, até as mobilizações mais recentes da *Caravana Contra os Racismos Religiosos*, em 2024, o processo manteve coerência em seus princípios e metodologias, ao mesmo tempo em que se adaptou às realidades e desafios históricos de cada período.

Do ponto de vista da sua estruturação, a formação tem uma duração média de quatro dias e conta com metodologia imersiva, organizada da seguinte forma:

- 🕒 **Análise de conjuntura**
- 🕒 **Rodas de conversa temáticas**
- 🕒 **Atualizações e partilhas de experiências**
- 🕒 **Oficinas**
- 🕒 **Planejamento de intercâmbios e ações**
- 🕒 **Decisões sobre próximos passos do Processo Formativo do Autogestão**
- 🕒 **Momentos de cuidado coletivo**
- 🕒 **Atividade cultural celebrativa do estar juntos**



O Processo Formativo do Autogestão é também um espaço de construção coletiva do Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento, o PPAD. Trata-se de um plano popular que traz as experiências territoriais de coletivos, grupos e movimentos sociais que compõem o Coletivo Autogestão. Essas experiências são expressas em uma plataforma virtual colaborativa. Trataremos do PPAD e do Coletivo Autogestão no tópico a seguir.

2015 Curso Autogestão e Trabalho

Sensibilização e reflexão sobre alternativas autogestionárias diante do capitalismo. Elaboração de espaço contínuo de formação. Início da metodologia imersiva com análise de conjuntura, rodas de conversa, oficinas, planejamento de ações e intercâmbios.

2016 Curso Produção de Viver, Poder Popular e Autogestão nas Cidades

Expansão da reflexão para o contexto urbano. Discussão sobre cidade como território de desigualdade e resistência. Temas como bem viver, autonomia, papel das mulheres e lutas por direitos no espaço urbano.

2017 Curso Autogestão, Bem Viver e Territórios: Construções Políticas com Bases Comunitárias

Conexão entre autogestão, bem-viver e resistências nos territórios. Ênfase nas redes de apoio mútuo e intercâmbios entre coletividades.

2018 Curso Autogestão nos Territórios: Tecendo Laços de Cuidado, Afeto e Poder desde Abaixo

Aprofundamento na organização popular como resistência à colonização da vida. Valorização do cuidado, do afeto e do poder popular desde os territórios.

2019 Curso Territórios em Luta: Teias de Autogestão e Insurgência

Troca de saberes entre movimentos de oito estados do país. Reforço da potência territorial e das soluções autogestionárias locais.

2020 Ações formativas descentralizadas + Live "Autogestão e Bem Viver nos Territórios" + Podcast "Saberes em Autogestão"

Realização de ações nos territórios com coletividades. Live como espaço de acolhimento e partilha. Lançamento de podcast com 5 episódios temáticos, aprofundando as experiências autogestionárias, sobretudo as relacionadas às ações na pandemia de apoio direto às coletividades.

2022 Encontro Autogestão: Horizontes de Autonomia e Bem Viver nos Territórios

Reconhecimento do processo como encontro, mais do que curso. Reforço da autogestão como ferramenta de unificação das lutas e dos coletivos.

2023 Encontro Autogestão e Bem Viver nos Territórios

Reflexão sobre produção e reprodução da vida. Discussões sobre agroecologia, juventudes, comunicação popular, espiritualidades, justiça socioambiental, direito à terra e território.

2024 Caravana Contra os Racismos Religiosos + Primeiro Encontro Nacional da Caravana

Consolidação de articulações entre coletividades no tema dos fundamentalismos. Ações realizadas com base na produção do documentário "Territórios de Fé". Fortalecimento das lutas contra os racismos religiosos com base autogestionária.

Entre os principais elementos em comum nas diversas edições, destaca-se a **centralidade da autogestão como horizonte político e pedagógico**. Em cada curso ou encontro, a autogestão foi compreendida como alternativa concreta ao modelo de desenvolvimento hegemônico e como prática cotidiana de construção de autonomia e poder popular nos territórios. Essa perspectiva esteve sempre ancorada na valorização dos saberes locais, na escuta mútua, na partilha de experiências e no fortalecimento de laços de solidariedade entre coletividades.

Outro ponto marcante é o **formato imersivo e coletivo** das formações, que promove não apenas momentos de debate político e conceitual, mas também instâncias de cuidado, celebração e planejamento de ações e intercâmbios entre territórios. Esse modelo pedagógico rompe com as formas tradicionais de ensino, reconhecendo o corpo, o território e a vivência como lugares legítimos de produção de conhecimento.

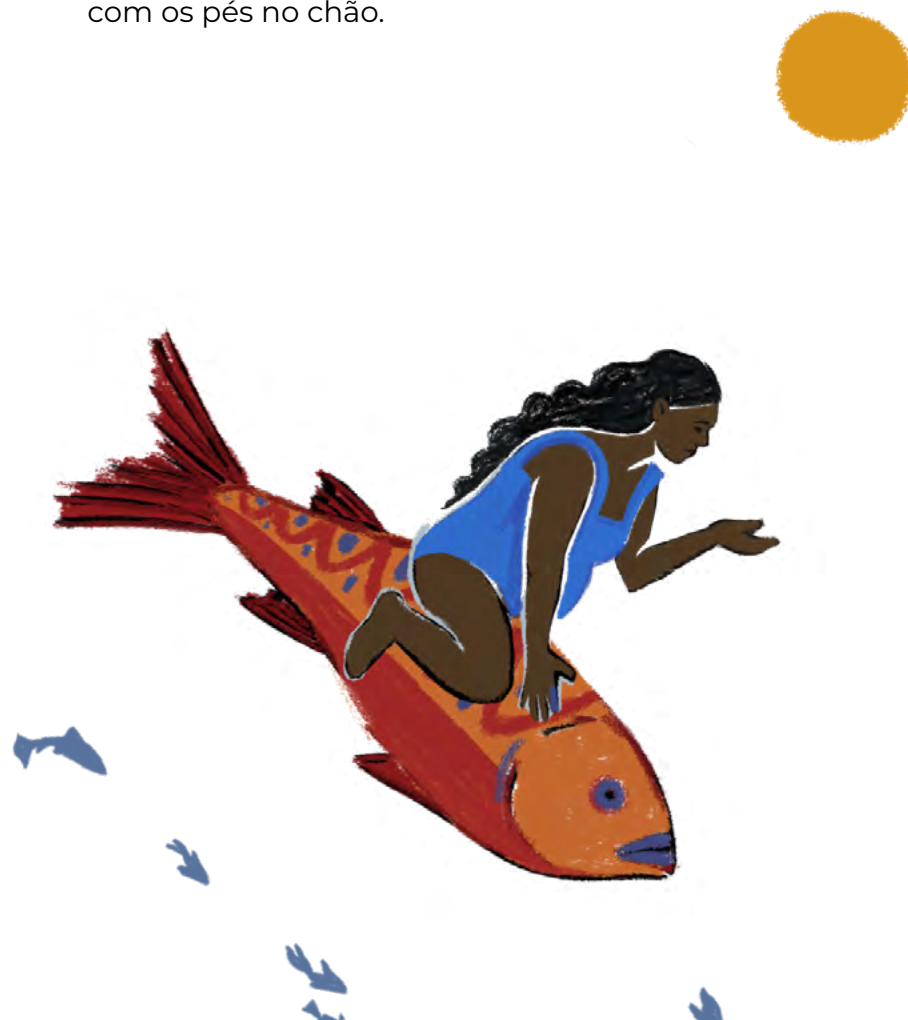
Além disso, as formações aprofundaram constantemente a **interconexão entre temas estruturantes** para os territórios populares, como bem viver, feminismo comunitário, agroecologia, comunicação popular, direito à terra e à moradia, espiritualidade, cultura e en-

frentamento ao racismo estrutural. A cada edição, novas camadas foram sendo incorporadas ao processo, ampliando a densidade dos debates e fortalecendo a capacidade das coletividades de articular suas lutas com outras frentes sociais e políticas.

A criação de espaços complementares - como a *live* Autogestão e Bem Viver nos Territórios, o *podcast* Saberes em Autogestão e os intercâmbios presenciais e virtuais entre coletividades - foram fundamentais para garantir a continuidade do processo mesmo diante de desafios como a pandemia. Essas experiências confirmam o caráter vivo, flexível e adaptável da metodologia autogestionária, mantendo ativo o vínculo entre coletivos mesmo nos períodos de distanciamento.

Por fim, a experiência da Caravana Contra os Racismos Religiosos revelou a potência do **alargamento das pautas** e da confluência entre lutas específicas, reafirmando o papel do Processo Formativo do Autogestão como um espaço de articulação de múltiplos sujeitos em torno de práticas antirracistas, anticapitalistas, antipatriarcais e ecossociais.

A importância desse percurso reside justamente na sua capacidade de **tecer redes de resistência, aprendizado e construção coletiva**, afirmando que os territórios são espaços de invenção e de criação de alternativas. Ao longo dos anos, o Processo Formativo do Autogestão se consolidou como um espaço onde se aprende fazendo, com uma metodologia que não é aplicada, mas vivida, e o saber é construído com os pés no chão.





O PPAD E O COLETIVO AUTOGESTÃO

Antes de entrarmos de forma específica em cada um dos sujeitos que compõem o Coletivo Autogestão, é importante tomarmos algumas linhas para explicar o Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento, o PPAD. Trata-se de uma iniciativa que propõe a construção de um plano para questionar o modelo de desenvolvimento capitalista a partir dos saberes e práticas populares, com o enraizamento territorializado e a autonomia coletiva como horizonte.

O PPAD surge junto ao Processo Formativo do Autogestão. Assim, visa potencializar, subsidiar, visibilizar e articular as alternativas autogestionárias populares e territoriais já existentes. Sua estrutura se desdobra, originalmente, em três aspectos: inserção e acompanhamento das experiências locais; formação continuada com caráter de aglutinação em torno do tema; construção do plano popular de alternativas ao desenvolvimento.

Todavia, algo novo surge diante de uma vontade partilhada pelas coletividades que integram o Processo Formativo do Autogestão. Durante os encontros anuais, nas reuniões remotas periódicas e nos momentos de intercâmbio, se construiu a percepção de que tais sujeitos constituem um coletivo maior. É dessa constatação que se origina o Coletivo Autogestão, do qual o PACS faz parte.

O Coletivo Autogestão pensa, articula e movimenta o PPAD. A visibilização e a valorização das práticas nascidas nos territórios é uma estratégia fundamental para referenciar as coletividades como agentes da política e da transformação, bem como para visibilizar as lutas nos territórios. O debate da construção do Coletivo Autogestão foi intenso e segue atualizando constantemente o seu sentido.

De tempos em tempos há a inclusão de novas temáticas no PPAD pelo Coletivo Autogestão, além de periodicamente focar-se em temáticas específicas. Recentemente, por exemplo, tem sido adensado o debate sobre os impactos dos fundamentalismos, o que originou a já mencionada Caravana Contra os Racismos Reli-

giosos. Ao percorrer territórios de fé em diversos estados do país, a Caravana promove intercâmbios com lideranças de territórios de resistência aos racismos religiosos, lançando luz para os anúncios que cotidianamente são construídos.

A ideia do PPAD é que, ao longo do tempo, ele seja um instrumento para a ampliação das construções de alternativas. Almeja-se que essas alternativas respondam às necessidades reais dos territórios e que possam inspirar. Assim, a expectativa do Coletivo Autogestão é a de que essas alternativas pautem, de baixo para cima, práticas e visões de mundo desde os territórios, considerando prioritariamente as suas formas de vida.

Na página de internet da plataforma PPAD é possível encontrar práticas autogestionárias em agroecologia, agricultura urbana, feminismos, lutas antirracistas, educação e comunicação popular, luta pela terra e pelas águas, economia solidária, arte, cultura e muito mais. A plataforma traz vídeos, fotos, *podcasts*, reportagens, notícias, artigos, publicações, uma linha do tempo que resgata a memória do processo e um mapa com todas as coletividades que fazem parte.

O PPAD é, portanto, uma construção coletiva que nasce dos territórios e que visa, sobretudo, a autonomia das coletividades e a afirmação dos seus modos de vida.

O território é entendido como uma prática vivida, que nos conecta com a história e com os desafios do presente.

ppad.org.br



QUEM SÃO OS PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA?

Os protagonistas que constroem as alternativas autogestórias são movimentos sociais, coletivos diversos, organizações comunitárias e povos e comunidades tradicionais. Destacam-se, principalmente, as mulheres, que têm desempenhado um papel central

na luta por justiça de gênero, por justiça climática, contra os megaprojetos, por soberania alimentar, em defesa da agroecologia e da agricultura urbana, por moradia, por comunicação e cultura populares e pelo direito à cidade à terra e ao território.

AS COLETIVIDADES

As coletividades que integram o Coletivo Autogestão atuam diretamente em seus territórios, desenvolvendo práticas de produção coletiva, cuidado e resistência. O foco dessas ações está em garantir a autonomia, a organização e a construção de alternativas políticas e econômicas que rompam com as lógicas do mercado e do Estado.

O modo como as coletividades vêm sendo incorporadas a esse processo está conectado à história de como o Curso Autogestão inicialmente se constitui. Para a sua primeira edição foram convocados parceiros que já pensavam e teciam ações sob esse prisma. Movimentos que desde então eram próximos ao PACS, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Em sequência, fomos engrossando o caldo de coletividades agregadas. Foram e são feitas convocações que seguem o ritmo dos diálogos cotidianos e das intencionalidades do PACS com o processo, que é gerado de modo orgânico em conjunto com as coletividades. Desse modo, dialógico e criativo, vem sendo construído o Coletivo Autogestão e o PPAD.

AS MULHERES

As experiências das coletividades estão conectadas à perspectiva feminista comunitária, que situa as mulheres como protagonistas e cuida das múltiplas dimensões da luta por justiça social e ambiental. Ainda que muitas vezes marginalizadas e invisibilizadas, as mulheres assumem um lugar de destaque nos processos de mudança radical nas formas de organização do trabalho e da vida.

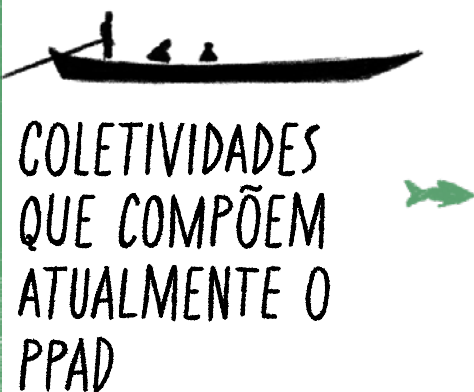


Consideramos importante incorporar à nossa abordagem feminista comunitária o pensamento e a prática interseccional. A partir da interseccionalidade, o Coletivo Autogestão pondera não apenas as questões de gênero, raça, classe e outras camadas que produzem opressões. Mas também busca compreender como tais camadas afetam a vida. O feminismo negro¹⁴ foi protagonista em trazer essa crítica, alinhando a luta feminista ao enfrentamento do racismo.

A abordagem interseccional mostra que é preciso entender de que maneira as mulheres acessam ou não direitos e espaços de poder não só por serem mulheres, mas por serem quem são em sua diversidade. Assim, a luta feminista construída sob essa reflexão faz o movimento de acolher a pluralidade e enfrentar outras trincheiras. Percebemos no Processo Formativo do Autogestão como a multiplicidade de camadas de lutas é reconhecida pelas coletividades.

Essas criações se configuram como um processo no qual o PACS consegue atualizar a sua própria atuação. Não apenas se acompanha o que é desenvolvido pelas coletividades. Mas é a partir da sua integração no Coletivo Autogestão que o Instituto continua fazendo apostas políticas nas alternativas. O PACS percebe no PPAD a possibilidade concreta de vislumbrar na prática o que chamamos de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

14 O feminismo negro surge da percepção de que tanto os movimentos feministas quanto os movimentos negros têm sido malsucedidos a reconhecer e atender às necessidades específicas das mulheres negras. Ou seja, as questões relacionadas à raça ficam diretamente ligadas a ser um homem negro, enquanto as questões de gênero são mais associadas a ser uma mulher branca. Com o objetivo de dar visibilidade às questões que afetam as mulheres negras, as feministas negras têm por base a ideia de interseccionalidade, utilizada como ferramenta teórica e metodológica para pensar sobre como patriarcado, sexismo e racismo estão interligados, entendendo as várias formas de opressão enfrentadas.



Rio de Janeiro

- Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU);
- Quilombo Campinho da Independência;
- Coletivo Martha Trindade (CMT);
- Aldeia Maracanã;
- Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)
- GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (GT Mulheres AARJ);
- Coletiva As Caboclas;
- Teia de Solidariedade da Zona Oeste;
- Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM);
- Mulheres em Ação;
- Mulheres de Pedra;
- Centro de Ação Comunitária (CEDAC);
- Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste;
- Jardim das Ervas Sagradas.

São Paulo e RJ

- Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

Pernambuco

- Coletivo Pão e Tinta;
- Todas Para o Mar (TPM);
- Rede Tumulto;
- Caranguejo Tabaiars Resiste;
- Coletiva Cabras;
- Associação Sítio Ágatha.

Nacional

- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), com representações de PE, RJ e SP;
- Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), com representações do PA;
- Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU);
- Teia dos Povos, com representações da BA, do MA, de PE, de MG e do RJ;
- Coletivo Etinerâncias;
- Rede Jubileu Sul Brasil.

As temáticas em que essas coletividades atuam estão elencadas no próximo capítulo, no qual as trazemos distribuídas em apresentação das principais temáticas trabalhadas no Processo Formativo do Autogestão.

Bahia

- Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB);
- Assentamento Terra Vista, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Minas Gerais

- Brigadas Populares;
- Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango;
- Horta Comunitária Vila Pinho;
- Coletivo AUÊ!;
- Rede de Intercâmbio em Agroecologia;
- Espaço Comum Luiz Estrela.

Maranhão

- Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP).

Pará

- Núcleo de Ação de Resistência Quilombola de Campina Vila União (NARQ Campina vila União).

3. METODOLOGIA AUTOGESTIONÁRIA

Aline Lima, Mayã Martins Correia,
Yasmin Bitencourt



A metodologia autogestio-
nária desenvolvida pelo
Coletivo Autogestão nasce e
se fortalece a partir da escuta
atenta e da convivência nos
territórios. É uma prática for-
jada na luta, no chão e em di-
álogo constante. Mais do que
um conjunto de ferramentas,
ela é uma postura política e
pedagógica que reconhece os
saberes populares, os vínculos
afetivos e a força das articu-
lações coletivas como funda-
mentos de um trabalho trans-
formador.

Parte-se do princípio de que
não é possível movimentar-se
nos territórios sem antes reco-
nhecê-los como sujeitos his-
tóricos. Isso significa compre-
ender que cada território tem
memória, cultura, conflitos,
desejos e formas próprias de
organização. Essa metodolo-
gia também rompe com uma
lógica verticalizada de atua-
ção, recusando abordagens
impositivas ou meramente
técnicas. O território não é
"objeto" de intervenção, mas
espaço de trocas e construção
conjunta de caminhos.

Esse modo de fazer tem raízes
na educação popular e no fe-
minismo comunitário. A meto-
dologia aposta na construção
de vínculos, no cuidado, na
valorização da escuta e no for-
talecimento das redes locais. É
uma metodologia viva, que se
faz em movimento e se trans-
forma conforme as necessida-
des e experiências dos sujeitos
com os quais se caminha.

Na prática, a metodologia se
expressa por meio de ações
que respeitam o tempo dos
territórios e seus modos de
organização, estimulando
processos de fortalecimento
comunitário. São ações que
articulam formação política,
incidência e cuidado, promo-
vendo não apenas denúncias
de violações, mas também a
afirmação de potências locais.
Os momentos de escuta ativa,
por exemplo, são fundamen-
tais. A escuta, enquanto práti-
ca política, permite acolher as
dores, mas também os desejos
e as estratégias de resistência
já em curso.

Ela se materializa em rodas de
conversa, visitas, convivência,
oficinas e processos formati-
vos. Cada encontro é pensa-
do a partir da realidade local,
buscando sempre respeitar os
saberes existentes e criar am-
bientes em que todas as vozes
possam ser ouvidas.

A metodologia também se
traduz na produção de mate-
riais, na sistematização de ex-
periências e no cuidado com
a memória dos processos. Mas
nada disso se faz sem vínculo.
E o vínculo é construído com
presença, com afeto e com
troca real.

Outro ponto central é a cria-
ção de estratégias de resistên-
cia que fortaleçam a autono-
mia dos sujeitos. Isso significa
incentivar a autogestão, pro-
mover o acesso a políticas pú-
blicas, ampliar a capacidade
de comunicação e estimular a
atuação em rede.

Essa metodologia se expressa,
ainda, na atenção à sustentabi-
lidade das ações e no cuidado
com quem cuida. Isso implica
pensar o ritmo das atividades,
valorizar os momentos de pau-
sa e autocuidado, reconhe-
cendo o desgaste emocional
que a atuação nos territórios
impõe. O PACS compreende
que o trabalho comunitário
não pode ser sustentado ape-
nas com boa vontade, e busca
também apoiar processos de
fortalecimento institucional e
acesso a recursos.

Em síntese, essa metodologia
é uma prática de amor polí-
tico. Uma tarefa-amor, como
nos inspira Conceição Evaristo
(2006), que mistura respon-
sabilidade, cuidado, escuta e
luta. É um modo de estar jun-
to que valoriza a autonomia, a
memória e os saberes locais.
E que aposta, com coragem e
ternura, na potência dos terri-
tórios como lugares de trans-
formação.





AS TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS

Aqui apresentaremos as diversas temáticas inscritas no escopo da autogestão e que são consideradas centrais para a construção de alternativas viáveis e transformadoras. Elas englobam práticas desenvolvidas por movimentos sociais, coletivos e comunidades em luta, as quais estão diretamente relacionadas ao resgate de saberes ancestrais, à valorização das culturas locais e ao fortalecimento das redes de solidariedade. Cabe a elas orientar e impulsionar práticas autogestionárias, visando construir um mundo mais justo, equitativo e sustentável a partir dos territórios.

Agroecologia, Agricultura Urbana e Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional

Convoca a pensar na relação harmônica com os ecossistemas e na valorização de práticas que surgem de tempos e ciclos que seguem os saberes tradicionais da terra, das águas e das florestas, mas que se reinventam nas experiências de agricultoras e agricultores ao longo do tempo. A agroecologia promove a soberania e a segurança alimentar desde os territórios, refletindo o papel da agricultura como prática sustentável e local. A luta por uma alimentação saudável e por um modelo agrícola que respeite a natureza é uma das bandeiras essenciais.

Comunicação popular

Ferramenta crucial na luta por justiça e igualdade, permitindo mobilização e questionamento das narrativas dominantes. Desempenha um papel vital no fortalecimento da autogestão, como um instrumento para disseminar ideias, organizar movimentos e visibilizar vozes silenciadas. Por meio de bicicletas comunitárias, lambe-lambes, *podcasts*, grafite, músicas, festivais, ou mobilizações nas redes sociais, a comunicação popular se torna um campo vital para a articulação e resistência nas comunidades.

Luta por Terra e Território e Luta por Moradia

O acesso à moradia e a direitos correlatos - como a saúde, educação e recursos naturais - é central na luta dos movimentos sociais e dos coletivos. O modelo de desenvolvimento capitalista promove a expropriação de terras e a destruição dos territórios, mas os movimentos populares resistem, criando novas formas de organização e reivindicando seus direitos.

Arte e Cultura

A arte e a cultura também constituem a autogestão, enquanto instrumentos poderosos de resistência, transformação e construção de identidade. A arte pode ser um meio de resgatar a memória histórica dos povos tradicionais e das comunidades periféricas, além de ser uma forma de expressão que carrega significados profundos sobre identidade, resistência e lutas sociais. A música, a dança, o grafite, o teatro e outras formas de arte são importantes para criar vínculos e fortalecer as lutas nos territórios.

Organização Popular e Luta por Direitos

Ao refletir coletivamente os processos de autogestão nos territórios, tecemos uma rede de apoio que busca romper com estruturas de opressão, como o capitalismo, o patriarcado e o racismo. As lutas populares são essenciais à construção de uma sociedade mais justa e autônoma.

Feminismos e Luta das Mulheres

A construção do PPAD envolve mulheres do campo, da cidade, das periferias e favelas, agricultoras, de variadas gerações, feministas diversas e muitas outras que fazem o mundo girar no trabalho diário e no reinventar da realidade. Repensar a sociedade implica transformar o papel imposto às mulheres, criticar a estrutura patriarcal e racista e trabalhar na direção de uma reparação histórica sentida nos corpos e nos cotidianos de vida e luta. Apostamos na construção de feminismos plurais desde os territórios e na luta das mulheres como uma forma de construir outros mundos possíveis.

Lutas Antirracistas

Estruturante para o processo de transformação da sociedade, visto que o racismo segue entre as formas mais devastadoras de opressão. Os movimentos sociais se mobilizam para garantir direitos e dignidade aos povos negros e indígenas, que são também os mais afetados pelas desigualdades sociais e econômicas. As lutas antirracistas buscam a reparação histórica e a construção de um mundo em que a vida negra e indígena seja valorizada.



Defesa das Águas

Comunidades tradicionais, indígenas e periféricas se dedicam a proteger e preservar os ecossistemas hídricos, garantindo o acesso à água potável e preservando rios, lagos e aquíferos. No entanto, megaprojetos de desenvolvimento como a mineração, a siderurgia e o agronegócio têm ameaçado esses recursos naturais. A luta pela defesa das águas é fundamental para garantir a sustentabilidade dos territórios.

Economia Solidária

A economia solidária traduz sua relevância no contexto da autogestão quando se propõe a restabelecer a dignidade e a solidariedade entre as pessoas. Surge a partir das comunidades tradicionais e periféricas, criando modelos de produção, comercialização e consumo baseados em princípios de cooperação e bem-estar coletivo. A economia solidária, enquanto organismo vivo, permite que territórios se fortaleçam e gerem alternativas ao modelo capitalista dominante.

Pedagogias de Luta e Educação Popular

Práticas políticas que visam a construção coletiva de conhecimento, respeitando a diversidade de saberes e histórias de vida. Ao integrar as pedagogias de luta ao PPAD, a proposta é valorizar os saberes locais, as oralidades e as histórias de resistência das populações tradicionais e periféricas. A educação popular, portanto, é uma ferramenta central na construção de um mundo autogestionário, pois é a partir dela que se forma a consciência crítica necessária para transformar as realidades sociais e econômicas.



Essas temáticas não são apenas conteúdo. A perspectiva da autogestão não existe onde não há movimento. Ela exige o agir. Assim como a contra colonialidade, defendida por Nêgo Bispo, ela é territorialmente localizada e funda-se no fazer. A autogestão demanda a ação. Por isso é no diálogo com as coletividades parceiras que se consegue perceber de modo mais nítido como a metodologia autogestionária se expressa na prática e como tantos processos autônomos encontram convergências. É nelas que as coisas acontecem.

O Coletivo Martha Trindade (CMT), do Rio de Janeiro (RJ), destaca a diferença que faz o convívio estabelecido nos cursos e nos encontros Autogestão. Permanecer junto por alguns dias e partilhar até de momentos de lazer são apontados como elementos importantes no processo de conhecer experiências. Percebe-se conexões entre a própria coletividade e as demais.

Jamílly do Carmo, que integra o CMT, observa que ao conhecer variadas histórias, vislumbra-se “a existência de outras

lutas e de outros modos de construí-las”. Para Jamílly do Carmo, os cursos e encontros do Processo Formativo do Autogestão “são momentos de se recolher para focar e concentrar junto”.

A metodologia autogestionária é apontada pelo CMT como internalizada nos processos conduzidos pela coletividade. Segundo Jamílly do Carmo, a partir dos saberes e práticas partilhados no Processo Formativo do Autogestão, o coletivo formou os valores que são fundamentais no desenvolvimento de suas atividades. Nelas há o cuidado para ouvir e para refletir “o que vamos fazer a partir disso”.

Para o Coletivo Pão e Tinta, de Recife (PE), esses momentos imersivos possibilitam o escambo de técnicas e saberes, dentre os quais ressaltam a aproximação com o pensamento de Nêgo Bispo. As apostas temáticas permitem “conectar quilombismo, favelismo e agroecologia, trazendo desde metodologias a referências”, segundo Pedro Stilo, integrante do coletivo.

A fala de Pedro Stilo assinala um aspecto importante, de que a metodologia autogestionária é a principal, mas não é a única que circula no Processo Formativo do Autogestão. Ela entra em diálogo com metodologias construídas desde os campos, as comunidades ribeirinhas e caçaras, as aldeias indígenas, os quilombos, as periferias e as favelas. São metodologias contemporaneamente construídas, ancoradas em metodologias ancestrais que se fundamentam em saberes e práticas dos povos tradicionais.

Nos dias em que as coletividades estão juntas em imersão, partilham-se, de acordo com Pedro Stilo, “estratégias de defesa jurídica, formas de impulsionar a arte e tecnologias ancestrais e periféricas”. Ele observa que esses momentos são também de “acolhimento e mútuo reconhecimento” e que “apenas juntando as conexões já aparecem”. Os cursos e encontros do Autogestão são “um turbilhão”, nas palavras de Pedro Stilo.

Para Yane Mendes, da Rede Tumulto, de Recife (PE), a relevância dos momentos imersivos reside na própria criação da coletividade. Foi a partir da participação em uma edição do curso Autogestão que surgiu “a inspiração e o estímulo para a criação, junto com parceiras do território, da Rede Tumulto”.

Yane Mendes conta que foi a esse seu primeiro curso apenas com “a ideia e a vontade de trabalhar comunicação popular”, voltando ao seu território após o curso com a definição do que seria preciso fazer para “tornar a Rede Tumulto palpável”, com muitos aprendizados ao conhecer as práticas de outras coletividades.

A Rede Tumulto enfatiza também a importância do Processo Formativo do Autogestão ao contemplar a diversidade das coletividades localizadas em comunidades periféricas. Nos termos de Yane Mendes: “Entendendo que por mais que sejamos coletivos de territórios periféricos, não necessariamente a gente tem os mesmos objetivos, nem a mesma forma de fazer”.

Outros três aspectos citados pela Rede Tumulto são os tempos dedicados às estratégias de segurança de defensoras e defensores, à criação de espaços de cuidado coletivo e às propostas de sistematização do trabalho de coletividades em cartilhas e outros materiais. No ano de 2022 tanto a Rede Tumulto quanto o CMT e o Pão e Tinta realizaram, em parceria com o PACS, processos de sistematização gráfica de seus trabalhos. Essas sistematizações estão disponíveis na Biblioteca Berta Cáceres, do PACS: biblioteca.pacs.org.br

A realização de intercâmbios é outro componente destacado do Processo Formativo do Autogestão. O Coletivo Pão e Tinta considera que há muito aprendizado tanto em ir ao território de outras coletividades quanto em recebê-las em seu território. São dias em que, diz Pedro Stilo, se torna “mais palpável a troca de metodologias”

O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA VILA PINHO - BELO HORIZONTE (MG)

A força das partilhas realizadas a partir do **Processo Formativo do Autogestão** pode ser evidenciada com uma mudança de programação realizada no Encontro Autogestão realizado em 2023. No momento de apresentação de atualizações sobre os territórios, a Horta Comunitária Vila Pinho, em Belo Horizonte (MG), trouxe o eminente risco de remoção da horta pela Prefeitura, sob o argumento de uma obra viária. Isso se deu sem quaisquer diálogos com a população local ou busca por alternativas que não impactassem na horta.

A representação da Horta Comunitária Vila Pinho no Encontro Autogestão 2023, Maria Raquel Jesus, narra que os agricultores da horta viviam um contexto de “muita apre-

ensão”, pois os agentes do poder público “não falavam com a gente, soubemos por alto por pessoas de fora”. Ela conta que, no início daquele Encontro Autogestão, “estava bem apreensiva e com vergonha também: 'nossa, levar problema para os outros?'. Mas quando compartilhei, vi que todo mundo me abraçou... eu nem sabia que isso acontecia”.

Diante da gravidade do cenário enfrentado pela Horta Comunitária Vila Pinho, foi garantido tempo no Encontro Autogestão para a elaboração de uma campanha para a sua permanência. As tarefas foram distribuídas de acordo com as habilidades e competências existentes no grupo. As pessoas que integravam as coletividades mineiras formaram um grupo para visita à Horta Comunitária Vila Pinho e para o desenvolvimento de estratégias a partir do chão do território, em diálogo com o Coletivo Autogestão. Esse grupo incluiu o Espaço Comum Luiz Estrela e o AUÊ!, ambos da capital mineira.

Na primeira visita a mobilização se ampliou e acolheu integrantes da Teia dos Povos¹⁵, também representada no Coletivo Autogestão. Ao total, fo-

ram cerca de 20 pessoas. Maria Raquel de Jesus conta que eles “conversaram, mostraram o que precisavam fazer e colocaram nas redes sociais e na mídia, com arte para compartilhar”.

A partir dessa movimentação, os funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte “começaram a ficar com um pouquinho de medo, pois viram que a gente não estava sozinho”. Depois desse dia, a Prefeitura e a associação de moradores local chamaram os integrantes da Horta Comunitária Vila Pinho para conversar. A horta passou a ser tratada de outro modo, segundo Maria Raquel de Jesus: “Depois do apoio de vocês, tudo que vão fazer, chamam a gente para conversar. Até vereador vem dar satisfação, coisa que não faziam antes”.

Maria Raquel de Jesus considera que toda a história de enfrentamento da Horta Comunitária Vila Pinho, com apoio do Coletivo Autogestão, mostra que se faz “um trabalho de formiguinha, uma vai comunicando com a outra e com a outra... quando você vê, é um formigueiro”. Como lembrança da força coletiva desse formigueiro, plantou-se na horta um pé de jacarandá, que foi nomeado como Autogestão.

O cuidado coletivo e a disposição para colocar o corpo junto em lutas que não são, a princípio, suas demonstram como é pujante a metodologia autogestionária pensada e praticada pelo Coletivo Autogestão. As lutas, experiências, encontros, confluências e convergências trazem à superfície como territórios se organizam, criam, constroem, respiram e contam as suas próprias histórias. São as histórias de quem nunca teve o privilégio de parar.

15 A Teia dos Povos consiste em uma articulação nacional de povos, organizações políticas, territórios e comunidades em luta por terra e território.





4. TAREFA-AMOR:
PALAVRAS VIVAS
DOS TERRITÓRIOS
EM LUTA

Joviano Maia Mayer,
Yane Mendes

Para quem, além de viver, expande a luta pela sobrevivência no território, os desafios são atravessadores e impactam profundamente a sua trajetória. A entrega nas lutas afeta a dimensão pessoal do projeto de vida, até mesmo na dimensão geográfica, de quando o que é casa vira sede dos grupos, e família às vezes é quem vai estar ali na resistência, carregando a ideia com você.

Nos territórios periféricos, nosso maior inimigo é o Estado - direta ou indiretamente - e sua negligência com relação aos direitos básicos.

Lembrando do tempo da pandemia, falar de atuação coletiva nos remete a imagens que temos, por exemplo, das chuvas no Recife: uma corrente humana de pessoas passando cesta de mão em mão, mas sem se importar com as limitações no corpo, e ainda com sorriso no rosto pela quantidade de doação de comida.

Como filtra-se a pauta se muitas vezes os agentes que deveriam fazer seu trabalho de direitos não pisam o território, não chegam nos becos, nas ladeiras e nas ruas sem CEP em que estamos. Acreditamos que, mesmo sabendo, não te-

mos muito tempo para considerar os diversos riscos que corremos. Como se diz, não temos tempo de ter medo. Dizemos até que, em algum momento, achamos ser privilégio sentir e dizer: “Estou com medo.”

Yane fundou a Rede Tumulto, no Recife (PE). Joví participou da fundação das antigas Brigadas Populares, no estado de Minas Gerais. Trazemos neste texto acúmulos de muitos anos, atuação em grupos, individuais, movimentos sociais e compartilhamento de diálogos no chão. Ser território é o que é, não importa onde ele esteja, ele sabe o que ele é.

Não estamos falando que o território não é moldável. O espaço estratégico que você pode ocupar na trajetória vai ter propósito de melhoria para o lugar de onde você veio, para o lugar em que você trabalha, para o lugar que te acolhe e te dá informações, aulas e uma diversidade de saberes.

A defesa territorial é algo que a gente faz sem saber que tem esse nome. Na luta por moradia digna, por uma saúde pública que funcione e contra a violência policial. Se nós não falamos, não mudamos as coisas. Como diz bell hooks (2019),

é necessário “erguer a voz”, sobretudo as mulheres negras. Esse é o chamado para transformar as coisas.

Falando sobre territórios, precisamos falar do Nordeste. O colonialismo se reproduz internamente no país, inferiorizando e taxando o povo das regiões Norte e Nordeste como menos intelectualizado. O lugar que muitos brasileiros e estrangeiros vão passar as férias é o lugar em que a gente precisa reafirmar que estamos vivos.

Mas acreditamos que a luta é por visibilizar, reconhecer, ampliar e contra colonizar, como sempre falava o mestre Nêgo Bispo. São verbos que hoje os coletivos querem e fazem nos lugares que os mantêm. O defender está posto. Esses verbos compõem nossa trajetória.

Contra colonizar está no centro da ação política. E o território no centro da ação contra colonialista. O colonizador europeu invadiu e nunca deixou de dividir, explorar e destruir todas as formas de vida em Pindorama. Contra a separação colonial “divides e reinarás”, fazemos confluência, juntamos o bonde e vamos “ser mais”.

Contra a imposição da escrita branca e o apagamento dos saberes tradicionais, somos oralidade, memória, ancestralidade. Escrevemos e transcrevemos no *front* da “guerra de denominações”, como dizia Nêgo Bispo. Retomada é arma de ataque e defesa na guerra colonial capitalista, patriarcal e racista.

São muitos os projetos públicos e privados de falso desenvolvimento. Estamos na luta por dizer que nossos rios e mangues não são, por exemplo, só a paisagem recifense. O mesmo vale para a Serra do Curral, em Belo Horizonte (MG), grande patrimônio ambiental e morada ancestral do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, gravemente ameaçado pela mineração.

E como explicar o óbvio? Que não se pode trocar, expulsar e violentar, retirar pessoas de sua casa sem a garantia dos seus direitos constitucionais, sem o mínimo de diálogo e compreensão de que casa, território e pessoas não são palavras que se separam.

O nosso povo é muito estratégico. A Rede Tumulto articula resposta emergencial. A comunidade recifense de Caranguejo Tabaiães resiste à remoção com comunicação popular. A belo-horizontina Horta Comunitária Vila Pinho diz não à desterritorialização para obra viária. Encontramos a fórmula de ir de frente — com dor, com impacto, com força.

Nós queremos dizer que sim: encontramos fórmulas de ir de frente e isso não quer dizer que a dor e os impactos sejam menores ou menos doloridos. O embate é feito a partir de uma forma que recusa uma postura hierarquizada frente aos sujeitos e saberes compartilhados, e toma como premissa a autonomia das pessoas e o respeito às suas singularidades. É cooperar e construir junto um saber coletivo no âmago das próprias lutas, de modo criativo, horizontal e autônomo.

É lamentável ver pesquisadores e grupos políticos tratando as pessoas dos territórios como inferiores, vulneráveis e incapazes, reproduzindo o olhar colonial. Por isso, contra colonizar é também revisitar as palavras. A própria expressão “trabalho de base”, usada

por muitos da militância de esquerda, carrega uma lógica hierarquizante. Quem é a base? Quem dirige quem? Que saber é esse que vem de fora?

No esforço de conceber outras semânticas, propomos aqui desdobrar uma expressão da escritora mineira Conceição Evaristo, narrada na obra *Becos da Memória* (2006). Escrivência poética e cortante que nos revela a violência do processo de desfavelização empreendido pelo poder estatal, articulado com o capital, em desfavor das moradoras e dos moradores.

Essa obra nos revela muitos elementos estruturais e sutis da lógica perversa de segregação e de produção do espaço na metrópole. Conceição Evaristo parte das suas memórias, compartilhadas com seus familiares, amigos e vizinhos da comunidade do Pendura Saia, em Belo Horizonte, removida, em processo de desterritorialização, por força da especulação imobiliária e do racismo ambiental praticado pelo Estado, em associação com o capital.

Gostaríamos de esmiuçar e propor, em substituição a “trabalho de base”, uma expressão utilizada pela autora quando a

personagem Tia Maria Domingas resolve cuidar dos filhos do viúvo Tio Totó: tarefa-amor. Fazer desdobrar tarefa-amor como conceito inspirador para a ação político pedagógica.

Em determinado trecho da obra, diz a narradora Maria Nova:

“Quando Tia Maria Domingas viu o viúvo Totó tão atordado, tão triste e sem jeito com duas crianças, a mulher, numa tarefa-amor, descobriu um novo modo de ser. Ia ser mãe avó de filhos que nunca tivera. E o seu coração adotou Tita e Zuim” (Evaristo, 2006: 135).

Depois de lermos esse gesto-conceito, de tarefa-amor, elaborado por Tia Maria Domingas ao assumir as crianças do viúvo Tio Totó, vemos que ele é capaz de produzir na personagem um novo modo de ser. A partir dele refletimos sobre nossa atuação nos territórios em conflito.

Essa atuação não combina mais com o clássico jargão “trabalho de base”. Melhor será conceber nossa atuação como tarefa-amor, capaz de gerar processos de subjetivação e transformação dos sujeitos, em mão dupla. Tarefa-amor

mistura obrigação, responsabilidade social, afetividade, cuidado e respeito.

São muitos os desafios para a sustentação dos territórios periféricos e das coletividades que neles atuam. Destacamos a falta de projetos contínuos, pouco apoio de recursos institucionais, falta de recursos para manter uma parte das pessoas liberada para trabalhar somente nas ações do grupo, ecossistema que valorize a produção dos grupos, burocracias dos editais de fomento, entre outros.

É pensar em arrumar o grupo, se institucionalizar, ampliar incidência e articulação e ainda manter vivas as principais ações. Não acreditamos que esses passos sejam um querer isolado das coletividades que atuamos, mas um desejo geral. As dificuldades de se institucionalizar para conseguir ao menos concorrer já tem sido um desafio muito grande.



Outra temática importante é a saúde mental das pessoas que lutam pelo coletivo. Quem cuida de quem cuida? Para nós, que lidamos sem filtro e que nossos *WhatsApps* são facilmente encontrados pelas pessoas nos territórios, precisamos falar sobre o adoecimento coletivo pelas limitações e pelas sobrecargas de demandas.

Acreditamos que a sustentação dos territórios precisa vir de escuta ativa. Políticas públicas precisam ser construídas com os coletivos. As premiações são bem-vindas, mas não bastam. É preciso continuidade, diálogo efetivo, apoio jurídico e menos burocracia.

O capital, seja público ou privado, precisa fomentar os grupos que já atuam. Valorizar comunicadores de favela, remunerar quem trabalha, sistematizar os impactos, disputar narrativas e construir um ecossistema mais horizontal e justo.

Trabalhar com o território é diferente de trabalhar para o território. Sabemos fazer. O que falta é o reconhecimento da força vital dessa tarefa-amor que atravessa nossos corpos, nossas palavras e nossos fazeres cotidianos.



PARA PENSAR ADIANTE

Ao longo desta sistematização, buscamos lançar luz sobre a potência das práticas construídas pelas coletividades em conjunto com o PACS ao longo de mais de uma década de atuação coletiva. A partir dos territórios, de experiências concretas e de vínculos profundamente enraizados, emergem estratégias de resistência, produção de conhecimento, autogestão e incidência política que reafirmam a centralidade da educação popular na construção de outros modos de viver.

Mais do que relatar ações ou descrever metodologias, este esforço de memória e análise reafirma a importância de olhar com generosidade e profundidade para os processos — seus caminhos, desafios, erros e aprendizados. Reunir vozes, histórias, conceitos e práticas que se entrelaçam no cotidiano é um gesto político e amoroso que busca fortalecer a luta por direitos e por justiça social.

A sistematização não se encerra aqui. Ela convida a novos encontros, revisitas e recriações. Que este material possa inspirar, provocar, fomentar redes e seguir alimentando a esperança ativa que sustenta a construção de um mundo mais justo, democrático e solidário. Afinal, como nos ensinam os próprios sujeitos dessa caminhada: resistir é também reinventar.



GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CEDAC

Centro de Ação Comunitária

CMT

Coletivo Martha Trindade

CNTSM

Confederação Nacional
dos Trabalhadores do
Setor Mineral

GT Mulheres AARJ

Grupo de Trabalho de
Mulheres da Articulação
de Agroecologia do
Rio de Janeiro

MNLM

Movimento Nacional de
Luta pela Moradia

MST

Movimento dos
Trabalhadores Rurais
Sem Terra

MSTB

Movimento Sem Teto
da Bahia

MTST

Movimento dos
Trabalhadores Sem-Teto

PACS

Instituto Políticas
Alternativas para o Cone Sul

PPAD

Plano Popular Alternativo
ao Desenvolvimento

Rede CAU

Rede Carioca de
Agricultura Urbana

MAM

Movimento Pela Soberania
Popular na Mineração

TPM

Todas Para o Mar

CEM

Centro de Integração
da Serra da Misericórdia

FCT

Fórum de Comunidades
Tradicionais

CNAU

Coletivo Nacional
de Agricultura Urbana

ACMP

Associação Comunitária
dos Moradores de Piquiá

AARJ

Articulação de Agroecologia
do Rio de Janeiro

NARQ Campina Vila União

Núcleo de Ação de
Resistência Quilombola de
Campina Vila União

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Agroecologia

Prática baseada no respeito aos ciclos naturais e nos saberes tradicionais, promovendo soberania alimentar, sustentabilidade e justiça social.

Ancestralidade

Referência às raízes culturais e espirituais dos povos tradicionais. Base para práticas de resistência e cuidado nos territórios.

Autogestão

Estratégia política e social baseada em autonomia, horizontalidade, cuidado coletivo e construção coletiva de alternativas ao desenvolvimento capitalista.

Bem Viver

Filosofia originária de povos andinos. Propõe viver em harmonia com a natureza e com a coletividade, em oposição ao individualismo e à lógica de mercado.

Colonialidade

Sistema de poder que se perpetua após o fim do colonialismo formal, reproduzindo hierarquias raciais, epistêmicas e econômicas.

Confluência

Conceito central da obra de Nêgo Bispo. Representa o encontro entre saberes, práticas e coletividades que, ao se unirem, se fortalecem sem perder sua singularidade.

Cosmovisão

Forma de compreender o mundo e a existência a partir de saberes culturais específicos. Fundamental nas práticas de povos indígenas e africanos.

Corpo-território

Conceito que articula o corpo das mulheres e os territórios físicos como espaços de resistência e cuidado.

Desenvolvimento Hegemônico

Modelo dominante de progresso baseado em crescimento econômico, exploração dos recursos naturais e centralização de poder.

Economia Solidária

Alternativa econômica baseada em cooperação, justiça social e autogestão, em contraposição ao modelo capitalista.

Educação Popular

Processo pedagógico participativo e libertador que valoriza os saberes populares e promove a consciência crítica

Feminismo Comunitário

Corrente feminista de base indígena e latino-americana que liga as opressões de gênero às violações territoriais. Enfatiza autonomia e cuidado coletivo.

Horizontalidade

Princípio organizativo que busca eliminar hierarquias nas relações sociais e políticas, promovendo participação igualitária.

Interseccionalidade

Análise que considera como diferentes formas de opressão - como gênero, raça, classe e sexualidade - se cruzam e impactam vidas específicas.

Pedagogia de Luta

Forma de ensino que se enraíza na experiência dos territórios e das resistências coletivas, promovendo saberes transformadores.

Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD)

Ferramenta política construída pelo Coletivo Autogestão para mapear e fortalecer experiências autogestionárias territoriais.

Sankofa

Ideograma africano Adinkra que significa "retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro". Representa memória e ancestralidade.

Ubuntu

Princípio filosófico africano que significa "eu sou porque nós somos", promovendo valores de solidariedade, interdependência e coletividade.

Vivir Sabroso

Conceito de origem afro-colombiana que propõe uma vida coletiva, com alegria, espiritualidade e vínculo com a natureza.



BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016 [2012].

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [2009].

BISPO DOS SANTOS, Antônio [Nêgo Bispo]. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. 2ª edição, revista e ampliada. Brasília: AYÓ, 2019 [2015].

BISPO dos SANTOS, Antônio [Nêgo Bispo]. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

CABNAL, Lorena. **Lorena Cabnal e a visão das sanadoras sobre a pandemia do COVID-19: como o sistema patriarcal tem agido para calar as mulheres na Guatemala**. Instituto PACS, 2020. Disponível em: <https://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/material/lorena-cabnal-e-a-visao-das-sanadoras-sobre-a-pandemia-do-covid-19-como-o-sistema-patriarcal-tem-agido-para-calar-as-mulheres-na-guatemala/>.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013 [2006].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: Uma Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976 [1975].

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LANDER, Edgardo. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO, 2005, p. 6.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO, 2005, p. 117-142.

WALSH, Catherine. **Gritos, grietas y siembras de vida. Entretejeres de lo pedagógico y lo decolonial**. Oaxaca: Universidad de la Tierra, 2018.

